



SINTECT PB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E
TELÉGRAFOS NA PARAÍBA, EMPREITEIRAS E SIMILARES

BOLETIM INFORMATIVO

MAIS UMA REFORMA

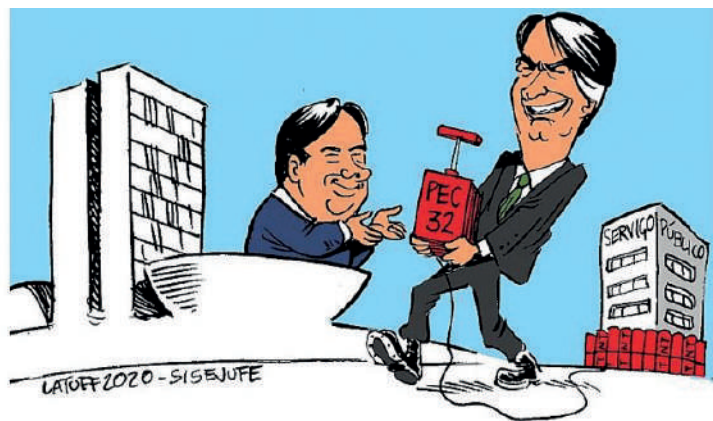
Nos últimos anos, os Governos Michel Temer e Bolsonaro vêm realizando, com o apoio de parlamentares vendidos aos interesses privados e alheios aos interesses nacionais, ações que prejudicam os trabalhadores e a população. São exemplos a Reforma Trabalhista, que retirou e alterou vários pontos de proteção ao trabalhador e a Reforma Previdenciária, que, para citar apenas um exemplo negativo, acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição. Podemos acrescentar ao pacote de maldades, também, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016 – a famigerada “emenda do teto dos gastos públicos”, que congela até 2036 os gastos públicos em várias áreas, entre elas, saúde e educação.

Em setembro deste ano, foi enviada ao Congresso, pelo presidente da República, a Proposta de Emenda à Constituição – PEC de número 32/2020, conhecida como “Reforma Administrativa”, que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Chamada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, a proposta altera 27 trechos da Constituição Federação e introduz 87 novos. As principais medidas tratam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal. A PEC pretende retirar conquistas históricas como anuênios, promoções ou progressões por tempo de serviço, além de por fim à estabilidade do servidor, que ficará, assim, sem proteção para exercer suas atividades, principalmente, as de caráter fiscalizatórias.

Outro problema nesta PEC é que ela cria dentro do serviço público uma divisão, ainda maior, entre os trabalhadores, ao gerar uma elite do serviço público nacional, à medida que ficarão de fora desses efeitos, os magistrados, os membros do ministério público, os militares e os parlamentares, de todas as esferas. Justamente esses que percebem os maiores salários e diversos outros privilégios.

A isso, soma-se os processos de privatização de empresas públicas que sempre deram lucros ao Estado Brasileiro (Correios, Petrobras, Eletrobrás) e, os projetos do Plano Mais Brasil (PEC 186, 187 e 188) que, mesmo antes da pandemia do coronavírus, já previam a redução de até 25% dos salários e jornada dos servidores.

Querem diminuir o tamanho do serviço público no Brasil. E com isso, reduzir o dinheiro empregado na educação, saúde, segurança, entre outras obrigações dos governos para investir no sistema financeiro nacional e internacional.



Para evitar o fim do serviço público nacional, dos servidores que prestam tão importante serviço à população, principalmente, os segmentos mais carentes, faz-se necessário que a sociedade brasileira se organize e resista. Precisamos garantir que a qualidade do serviço público prestado em nosso país seja mais eficiente e abrangente.

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE É QUE ATENDA A TODOS! NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO! FORA BOLSONARO E TODO O SEU GOVERNO!

SUCATEAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS

Trabalhadores do CEE e dos CDD's fizeram ao sindicato uma denúncia relacionada à frota de veículos: a carência constante de carros para que o trabalho de entrega de encomendas seja realizado.

O problema consiste na falta de manutenção dos veículos pela ETC. Sem os devidos reparos nos veículos, que passam a funcionar em condições precárias e apresentando problemas dos mais diversos, como mecânicos e elétricos. Quando os veículos são enviados às oficinas, demoram a retornar, situação que prejudica a entrega das encomendas pelos carteiros. O SINTECT-PB apurou que no CEE existem 5 carros quebrados e não se sabe quando serão consertados.

O desmonte e o sucateamento intencional da frota dos Correios faz parte, entre tantas outras, das ações do governo federal que visam enfraquecer a ECT, “preparando o terreno” para a privatização da estatal.

Para fortalecer os relevantes serviços postais, exigimos a manutenção já de todos os veículos da ECT!

AÇÃO ABONO PECUNIÁRIO

No primeiro semestre de 2020, quando estava em vigor a Medida Provisória 927 (caducada em julho), que deixava a critério do empregador, durante o estado de calamidade gerado pela pandemia, cumprir ou não algumas garantias trabalhistas, o SINTECT-PB ingressou com uma ação e pedido liminar com o intuito de preservar o direito do abono pecuniário nas férias (famosa “venda dos 10 dias”).

A princípio, ganhamos a liminar, haja vista a juíza que a julgou ter proibido até que saísse a decisão final, a ECT de contrariar os trabalhadores que optaram pela “venda dos 10 dias”, pela ocasião da programação de férias feita antes da edição da MP 927, em 22 de março.



Ocorre que a sentença foi cassada, sob a alegação de que a FENTECT já havia ingressado com processo semelhante, o que teria gerado litispendência. Daí, recorremos ao TRT e o processo encontra-se com o Desembargador Francisco de Assis Carvalho e Silva, aguardando pauta para julgamento. Novas informações sobre a ação serão divulgadas tão logo o magistrado se pronuncie.

ATO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO



Ato em João Pessoa (28/10)

No último dia 28, Dia do Servidor Público, o SINTECT-PB participou e organizou mais um ato público. O objetivo do evento foi chamar atenção e mostrar à sociedade algumas das consequências negativas que a aprovação da reforma administrativa poderá causar. Estiveram presentes representantes de diversos sindicatos, centrais sindicais e entidades de defesa do trabalhador.



RETORNO ATENDIMENTO JURÍDICO PRESENCIAL

SEGUNDA-FEIRA
A PARTIR DO DIA 09 DE NOVEMBRO

SEDE DO SINTECT-PB

MANHÃ:
08 ÀS 11H

TARDE:
14 ÀS 16:30H



A IMPORTÂNCIA DA CIPA COMO DEFESA DOS TRABALHADORES

“A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA - tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.”

No momento atual, em que o movimento sindical sofre um grande ataque do governo federal, e que os sindicatos dos Correios, para ser mais específico, perderam – depois do último Dissídio – até o direito de fazer reuniões setoriais, os mecanismos de proteção à saúde do trabalhador através da CIPA são, mais do que nunca, essenciais. Esse importante instrumento de organização deve continuar sendo levado a sério como ferramenta de fiscalização dos problemas de saúde e segurança dos colegas Ectetistas.

O SINTECT-PB orienta os empregados a denunciarem as irregularidades, mas é fundamental que nas reuniões da CIPA, os problemas sejam registrados e as



atas sejam remetidas ao sindicato para que possam servir de prova em casos como denúncias ao Ministério Público, ajuizamento de Ação Civil Pública ou reclamações trabalhistas.

Ao mesmo tempo, podem servir para resguardar os funcionários em possíveis acidentes causados pela condição precária dos ambientes de trabalho.



SINTECT PB

CNPJ: 12.933.198/0001-45



www.sintectpb.com



sintect.pb@sintectpb.com.br



Rua Duque de Caxias, 105
Centro - João Pessoa - PB
CEP: 58010-820